

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Vara da Família e dos Menores

Processo n.º 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Notificação – Pagamento de Contribuição de Custódia

Lisboa, 15 de março de 2026

Para:

José António Pereira

Rua da Liberdade, n.º 45, 3.º Esq.

1150-123 Lisboa

NIF: 123 456 789

De:

Maria da Conceição Silva

Rua das Flores, n.º 12, 2.º Dto.

1300-456 Lisboa

NIF: 987 654 321

Mandatários:

Dr. Ana Sofia Martins – Ordem dos Advogados n.º 12345

Dr. Luís Fernando Carvalho – Ordem dos Advogados n.º 67890

Assunto Exigência de pagamento das despesas de custódia previstas no acordo original de 10 de janeiro de 2022, nos termos do art.º 190.º do Código de Processo Civil, bem como nos termos da decisão interlocutória proferida nos autos do processo supracitado.

Exposição de Factos

1. **Acordo de Contribuição de Custódia** – Em decisão interlocutória datada de 10 de janeiro de 2022, ficou fixada a obrigação do réu de aportar, a título de contribuição para a custódia da menor **Ana Sofia Pereira**, a quantia mensal de **€ 350,00 (trezentos e cinquenta euros)**, a ser depositada até ao dia 5 de cada mês, na conta bancária da requerente (IBAN PT50 0000 0000 0000 1234 567).
2. **Incumprimento** – Até à presente data, o réu não efetuou os pagamentos referentes aos meses de **dezembro de 2025, janeiro e fevereiro de 2026**, acumulando um débito total de **€ 1 050,00 (mil e cinquenta euros)**.
3. **Notificação prévia** – Foi enviada, em 20 de fevereiro de 2026, notificação extrajudicial (cópia anexa) solicitando o regular pagamento, sem que tenha sido obtida resposta ou cumprimento da obrigação.

Cálculo da Dívida

Mês	Valor Mensal (€)	Mora (5 % ao mês)	Total (€)
Dez-2025	350,00	17,50	367,50
Jan-2026	350,00	17,50	367,50
Fev-2026	350,00	17,50	367,50

Mês	Valor Mensal (€)	Mora (5 % ao mês)	Total (€)
Total	1 050,00	52,50	1 102,50

Os juros de mora foram calculados à taxa legal de 5 % ao mês, nos termos do art.º 78.º do Código Civil, a partir do dia seguinte ao vencimento de cada prestação.

Requerimento Nos termos do art.º 191.º do Código de Processo Civil, requer-se ao réu que, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da data de receção da presente notificação, proceda ao pagamento integral da quantia de **€ 1 102,50 (mil cento e dois euros e cinquenta cêntimos)**, mediante transferência bancária para o IBAN **PT50 0000 0000 0000 1234 567**, indicando como referência “Contribuição Custódia – Processo 1234/2026”.

Caso o pagamento não seja efetuado dentro do prazo indicado, a requerente procederá à **execução forçada** da dívida, com a inclusão de juros de mora, custas processuais e honorários de advogado, nos termos do art.º 702.º do Código de Processo Civil, bem como solicitará a aplicação de **medidas coercitivas** previstas no art.º 704.º, incluindo, se necessário, a penhora de bens.

Prova de Pagamento O réu deverá, simultaneamente ao pagamento, enviar cópia do comprovativo bancário para o endereço eletrónico **maria.silva@email.pt**, bem como para o advogado **Dr. Ana Sofia Martins** (email: ana.martins@advogados.pt), sob pena de se considerar o incumprimento como recusa deliberada.

Conclusão A presente notificação tem carácter **exigível** e **executivo**, nos termos da legislação aplicável, devendo ser cumprida integralmente para evitar a instauração de procedimentos executivos e a incidência de custos adicionais.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com consideração.

Maria da Conceição Silva
Requerente

Dr. Ana Sofia Martins
OAB nº 12345 – Advogada

Dr. Luís Fernando Carvalho
OAB nº 67890 – Advogado

Anexos:

1. Cópia da decisão interlocutória de 10/01/2022.
2. Notificação extrajudicial de 20/02/2026.